A Sociedade Portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900)

Roseli Boschilia
UFPR

A experiência da imigração leva o indivíduo a ter um novo olhar sobre o outro, a posicionar-se diante do desconhecido, a perceber diferenças e semelhanças, enfim, a estabelecer relações que se constroem com base na alteridade. Assim, refletir sobre o fenômeno social da imigração e as implicações que dele decorrem remete a outro conceito, o de identidade social, cuja produção se dá invariavelmente no campo das relações de poder.

Nessa perspectiva, se concebemos a identidade como uma construção cultural, um efeito, um processo de produção, uma relação que depende da alteridade, ela também deve ser entendida, fundamentalmente, como uma categoria de distinção que serve para demarcar as igualdades e as diferenças existentes entre os grupos sociais. Ou seja, "uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações".[1]

Desse modo, a partir de um processo baseado em oposições notadamente do campo simbólico, inicia-se a construção de uma identidade que se manifesta no interior das relações de poder como uma categoria de distinção, demarcando as igualdades e as diferenças entre os grupos sociais, a partir da singularidade de um grupo perante o outro.

---

1 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

A partir dessa problematização, este capítulo tem como objetivo refletir sobre o processo de formação da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro,[2] associação fundada na capital paranaense em 1878, com o fim de analisar o modo como determinadas práticas culturais foram estabelecidas naquele espaço de integração e solidariedade. Nessa reflexão interessa especialmente investigar quais foram as estratégias utilizadas pelo grupo responsável pela criação daquela entidade na tentativa de demarcar fronteiras étnico-identitárias não só em relação à população local, mas sobretudo em relação aos demais grupos de imigrantes europeus que também se fixaram em Curitiba no mesmo período.

Porém, antes de chegar ao ponto pretendido, dois aspectos merecem ser salientados. Em primeiro lugar, é importante destacar que, ao dirigir o foco de análise sobre os imigrantes ligados à SPBPD, estamos privilegiando apenas uma parcela da população portuguesa que se fixou em Curitiba na segunda metade do século 19. Em segundo lugar, convém salientar que, longe de tratá-los como uma camada única, coesa ou homogênea, este estudo parte do pressuposto de que havia diferenciações no interior do próprio grupo filiado à entidade articuladas ao tempo de inserção de cada um dos integrantes na sociedade curitibana, o que, por sua vez, daria condições materiais e de relacionamentos socioculturais diversos a cada um deles.

Um dos fatores que motivou esta pesquisa, ainda em fase inicial, surgiu da constatação da existência de uma lacuna na historiografia acerca da imigração portuguesa no Paraná. Todavia, estudos mais recentes têm mostrado que essa escassez já foi observada em proporções mais amplas. Particularmente até a década de 1980, eles foram tratados pela historiografia tradicional simplesmente como colonizadores, e inseridos na categoria de luso-brasileiros, sem que se levasse em consideração as especificidades inerentes às diferentes temporalidades históricas.

Em meados da década de 1980, intrigados com esse silêncio alguns historiadores passaram a discutir a ausência de estudos sobre a imigração portuguesa tanto na produção historiográfica lusa quanto na brasileira.[3] Chamava

---

2 De agora em diante apresentada no texto apenas como SPBPD.

3 Entre os historiadores que deram visibilidade à temática estão Maria Beatriz Nizza da Silva, Eulália Lobo Lahmeyer, Maria Izilda Matos, Manolo Florentino, Ana Silvia Volpi Scott, Renato Pinto Venâncio e Gladys Ribeiro.

atenção desses intelectuais o fato de que, embora participando da mesma conjuntura imigratória que trouxe os demais grupos étnicos da Europa para o Brasil, os portugueses permanecessem à margem da historiografia brasileira.

Essa ausência parecia ainda mais estranha quando se sabe que no Brasil o período que se estende de meados do século 19 até o início do século 20 foi marcado pela entrada de numerosos contingentes de imigrantes estrangeiros, entre os quais os portugueses constituíam uma parcela significativa, ficando, numericamente, abaixo apenas dos italianos e espanhóis. Destaque-se ainda que o número de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil nesse período superava em mais de sete vezes a quantidade daqueles que desembarcaram durante todo o período colonial.[4]

Procurando encontrar uma resposta para essa questão, Volpi Scott apontou algumas hipóteses que justificariam, em parte, a ausência de estudos sobre o grupo. O primeiro ponto residiria no fato de os portugueses não fazerem uso dos mesmos mecanismos de inserção que eram utilizados pelos outros imigrantes estrangeiros, ao chegarem à sociedade receptora. O domínio da língua do país de acolhimento e o fato de encontrarem outros conterrâneos já integrados no espaço social propiciavam-lhes certa autonomia e vantagem em relação aos demais grupos estrangeiros. Além disso, a semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira dificultava a sua identificação como imigrantes, sobretudo nas fontes documentais.[5]

Outro fator explicativo para esse silêncio, no entanto, pode ser creditado ao longo processo de dominação ao qual a América portuguesa foi submetida durante todo o período colonial. As marcas deixadas pela colonização portuguesa em nossa sociedade ficaram bastante visíveis não só nos sistemas político, administrativo, jurídico e religioso, impostos pela metrópole, mas também em inúmeros outros aspectos culturais que foram trazidos pelos milhões de portugueses que para cá imigraram ao longo daquele período.

---

4 FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo com o grau de afastamento do mercado de cativos. *Salvador Afro Ásia*, n. 24, p. 51-70, 2002 .

5 SCOTT, Joan. *A invisibilidade da experiência*. São Paulo: Educ, 2001. (Projeto História, 16).

Assim, fortemente marcada pelas relações de poder, a hegemonia da cultura portuguesa se impôs não apenas na língua, mas também nos usos e costumes, no modelo familiar, educacional e religioso e nas relações de sociabilidade. Reinóis e brasileiros – descendentes dos primeiros colonizadores portugueses – portadores de um capital simbólico, ostentado pela cor branca, num país majoritariamente mestiço, posicionaram-se formando um grupo aparentemente coeso e homogêneo. Essa aparente coesão, muitas vezes reforçada pelo silêncio da historiografia tradicional, contribuiu para que as fronteiras identitárias, baseadas nas diferenças culturais e definidas a partir da alteridade, da distinção nós/eles, se tornassem tênues ou quase indistintas.

Não obstante as evidentes semelhanças culturais que aproximavam brasileiros e portugueses, o novo contexto político que se desenhou a partir do século 19 possibilitou que o sentimento de alteridade entre os dois grupos aflorasse, permitindo que os "portugueses brasileiros" forjassem uma identidade distinta daquela dos "portugueses de Portugal".

Se até então ambos os grupos pertenciam indistintamente a uma única nação portuguesa, a partir desse momento era tarefa urgente marcar a diferença entre a recente nação brasileira e a antiga nação portuguesa.[6] Desse modo, a identidade nacional brasileira passou a ser concebida muito mais como um produto da marcação da diferença e da exclusão do que propriamente o signo de uma unidade idêntica, de uma identidade em seu significado tradicional.[7]

Assim, como fruto desse processo de construção identitária, desde o período que sucedeu a Independência os portugueses se preocuparam em criar uma identidade cultural, criando associações, clubes e, sobretudo, sociedades de assistência. A criação de entidades como o Real Gabinete Português de Literatura (1837) e a Beneficência Portuguesa, fundada, quase simultaneamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, no final da década de 1840, exemplificam o esforço empreendido por camadas de imigrantes mais favorecidos, com o objetivo de auxiliar seus compatriotas, estreitando os laços que uniam os

---

6 RIBEIRO, Gladys S. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 395-420.

7 HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Disponível em: <www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html>. Acesso em: 20 fev. 2007.

portugueses radicados no Brasil. No final do século 19, as entidades voltadas aos imigrantes portugueses no Brasil já somavam quase duas dezenas e estavam espalhadas por praticamente todo o território nacional.[8]

De modo geral, as associações beneficentes constituíam espaços de sociabilidade que estimulavam a interação da comunidade étnica. Além de promover atividades culturais e organizar cerimônias com as mais variadas motivações, ofereciam proteção e amparo aos necessitados. Na maioria das vezes prestavam auxílio exclusivamente aos associados, mas havia também aquelas que davam assistência aos que delas não faziam parte.

De acordo com Pereira de Jesus,[9] que faz uma análise sobre a gênese da experiência mutualista no Brasil, na segunda metade do século 19, essas associações podem ser classificadas em oito categorias distintas.[10] Esse autor enfatiza que as sociedades beneficentes, ou de ajuda mútua, não devem ser confundidas com as corporações de ofício, que visavam a transmissão e a proteção de um saber específico. Ainda que fosse comum as associações de ajuda mútua reunirem trabalhadores de uma mesma categoria profissional, a maioria delas não fazia distinção quanto à ocupação dos associados. Do mesmo modo, não se deve confundir mutualismo com filantropia. Segundo o autor, "as associações filantrópicas, muitas vezes no Brasil do século 19 denominadas "beneficentes", visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte

---

8 Dentre estas cabe destacar: Real Associação Beneficente Condes de São Salvador de Matosinhos e São Cosmo do Vale, Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de setembro, Centro Português D. Afonso Costa, Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco, Sociedade Beneficente em homenagem a Azevedo Coutinho, Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, Congregação dos Artistas Portugueses, Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho, Centro Beneficente Dona Amélia Rainha de Portugal, Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e a Serpa Pinto, Sociedade Beneficente de Niterói, Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Centro Republicano Português de Santos e Centro Português Primeiro de Dezembro, Rio Grande do Sul (LOPES, 2003).

9 JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo local y la Economia social*, v. 1, p. 473-504, 2007.

10 Sociedades beneficentes; Irmandades; Sociedades religiosas; Sociedades literárias e de instrução; Sociedades científicas; Sociedades dramáticas, recreativas e desportivas; Caixas previdenciárias e montepios; Seguradoras e cooperativas.

destes houvesse contrapartida financeira" (Jesus, 2007). Ainda de acordo com esse autor, enquanto as associações filantrópicas mantinham com seus beneficiados uma relação de solidariedade vertical, as mutuais funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade. Assim, ainda que algumas delas se dedicassem à filantropia, o faziam em benefício não dos associados, mas de indivíduos que dela estivessem excluídos.

Cláudia Viscardi, outra pesquisadora que se dedica ao estudo dessas associações, acredita que, embora as fronteiras entre mutualismo e filantropia sejam muito tênues, essas manifestações sociais representam estratégias diferenciadas entre si para fazerem face aos dilemas resultantes das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas de proteção social.[11]

Convém lembrar que no Brasil, embora a presença dessas associações beneficentes fosse mais efetiva em centros urbanos que abrigavam um maior percentual de portugueses, elas também foram criadas em cidades onde o número desses imigrantes era menos expressivo, como ocorreu com a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, objeto desse estudo, fundada em Curitiba, em 1878.

A SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE PRIMEIRO DE DEZEMBRO

No contexto do século 19, a capital paranaense não se enquadrava no perfil das cidades mais procuradas pelos portugueses, cujo interesse estava voltado preferencialmente para cidades portuárias ou núcleos urbanos mais desenvolvidos.

A partir da segunda metade do Oitocentos, a nova província, recém-emancipada de São Paulo, tinha sua economia ancorada na atividade ervateira. Nessa conjuntura, com a erva-mate em expansão, notadamente voltada para o mercado externo, havia forte demanda por mão-de-obra que se

11 VISCARDI, Cláudia M. R. As Associações Beneficentes de Juiz de Fora no Pós-Abolição. In: Encontro Regional de História, 13, Anpuh/MG, 2002, Belo Horizonte. *Anais*.... Juiz de Fora: Cliodel Ed. Eletrônicas, 2002.

direcionasse para a economia de subsistência. Assim, o governo procurou incentivar a imigração de colonos "morigerados e laboriosos" que estivessem dispostos a cultivar os vastos campos da província.

Contudo, foi na gestão do presidente Adolpho Lamenha Lins, entre 1875 a 1877, que a imigração ganhou intensidade, descortinando-se como solução estratégica para as questões ligadas tanto ao povoamento e ocupação do território, quanto ao setor de abastecimento interno e incremento da agricultura de subsistência. A partir desse momento, segundo Andreazza e Trindade,[12] visitar as colônias de imigrantes, dispersas pelo Paraná, aos olhos dos brasileiros, equivalia a um passeio pelas aldeias do interior da Europa.

Ao lado de grandes contingentes imigratórios, formados sobretudo por colonos eslavos e italianos, estavam os imigrantes alemães e portugueses. Estes últimos, porém, ao contrário dos demais grupos de imigrantes que eram trazidos com o amparo do governo brasileiro e direcionados para a área rural, chegavam de forma espontânea e preferiam permanecer no espaço urbano, atuando na área de comércio e serviços.

Ao partilhar esse espaço em uma cidade sem infra-estrutura adequada para receber tamanho contingente populacional, o cotidiano dos habitantes de modo geral, e dos imigrantes em particular, passou a ter como uma das marcas as tensões e os conflitos, provocados pela concorrência não só no comércio, mas também nas atividades ligadas ao setor de serviços uma vez que, no período anterior à chegada desses novos grupos, os luso-brasileiros é que detinham o monopólio do comércio varejista em geral.

Ao lado das disputas na esfera econômica também mereciam destaque as diferenças culturais, políticas e ideológicas entre as diferentes etnias. Ainda que todos tivessem em comum a condição de estrangeiros, cada grupo, em particular, procurava manter sua identidade cultural, delimitando um território simbólico que fosse capaz de salvaguardar as características próprias de sua etnia e definir suas relações com os "outros".[13]

---

12 ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina M. de C. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: Seed, 2001.

13 BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1995. p. 309.

No Paraná, tradicionalmente, os portugueses e seus descendentes ocupavam lugar privilegiado no comércio e na indústria.[14] No entanto, a chegada desses novos imigrantes veio, de algum modo, colocar em xeque a condição de "estabelecidos" que eles detinham até então.

Esse novo contexto obrigou o grupo a posicionar-se perante os demais, com o intuito de delimitar um território simbólico que demarcasse a sua relação com os "outros". Como afirma Bronislaw Baczko, a designação de uma identidade coletiva corresponde a formar imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados".[15]

Assim, a despeito de sua baixa representatividade numérica,[16] se comparada com outros núcleos urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belém, a comunidade lusitana fixada em Curitiba passou a dedicar-se ao projeto de criação de uma sociedade beneficente destinada exclusivamente aos imigrantes oriundos de Portugal.

O grupo responsável por esse projeto era constituído por portugueses que já estavam estabelecidos no Estado havia algum tempo e detinham fortes vínculos com o setor comercial.

Antes deles, cabe mencionar o grupo imigrante que se preocupara em criar um espaço cultural, em Curitiba, destinado exclusivamente aos membros de sua etnia, que foi o dos germânicos. Amantes das atividades esportivas, da música e da dança, os alemães criaram em 1869 a Sociedade Germânia. Pouco tempo depois fundaram a Sociedade Concórdia e, em 1884, da fusão das duas surgiu a Sociedade de Cantores Alemães. Todavia, ao que parece, es-

---

14 Aproximadamente 63% dos estabelecimentos comerciais anunciados no *Jornal 19 de Dezembro*, entre 1954 e 1989, pertenciam a luso-brasileiros. Do mesmo modo, do total de 4.644 empresas registradas pela Junta Comercial do Paraná, de 1890 a 1930, 39,5% pertenciam a proprietários de ascendência luso-brasileira (WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva P. Portugueses no Paraná. In: LOPES, Renato L. (Org.). *Cultura & Poder*: Portugal-Brasil no século XX. Juruá, 2003. p. 23-35.

15 BACZKO, citado, p. 309.

16 De acordo com o censo de 1872, os portugueses constituíam 20% dos estrangeiros existentes na população da Província do Paraná, num total de 534 pessoas. No recenseamento de 1900 essa proporção subiu um pouco, embora o número total de imigrantes (504) tenha sofrido um pequeno decréscimo. Em 1920 eles totalizavam 1.808 habitantes (WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva P. Portugueses no Paraná. In: LOPES, Renato L. (Org.). *Cultura & Poder*: Portugal-Brasil no século XX. Juruá, 2003. p. 31).

sas associações tinham caráter meramente cultural e recreativo, congregando em seu entorno, notadamente, representantes da camada de imigrantes mais bem-sucedidos, estabelecendo, nesse caso, exclusivamente laços horizontais de solidariedade.

Somente em 1884, contudo, os alemães fundaram sua primeira associação de caráter mutualista, a Handwerker-Unterstuetzungs-Verein – atual Sociedade Beneficente Rio Branco –, que visava prestar auxílio econômico aos seus sócios, quase todos artesãos, em caso de doença, acidente ou morte. A partir desse fato, destaque-se, foram os imigrantes portugueses, e não os alemães, a terem a primazia na criação de sociedades beneficentes em Curitiba.

Ao que tudo indica, preocupados com a condição dos compatriotas menos favorecidos que estavam chegando à capital paranaense no último quartel do século 19, um grupo de portugueses que detinha certa visibilidade na esfera econômica se envolveu no projeto de criação da SPBPD, com o fim de "exercer a caridade ou proteger aos portugueses, que necessit[asse]m de uma ou outra coisa" (Estatuto, Art. 2º).[17]

A análise da documentação disponível no acervo da Sociedade, composta pelos estatutos, livros de registros de associados, atas e correspondências, mostra que, além do apoio material oferecido aos associados, havia, por parte dos fundadores, a preocupação em criar mecanismos que propiciassem a coesão do grupo, procurando integrá-los num circuito de relacionamentos nos moldes dos que Dosse qualifica como "comunidade de inscrição".[18] Nessa perspectiva, além de aproximar os portugueses, buscando criar laços identitários, a SPBPD visava minimizar os problemas enfrentados pelos imigrantes recém-chegados, acolhendo-os num território simbólico que fosse capaz de aproximá-los culturalmente.

A implementação desse projeto implicava, no entanto, a formulação de medidas que propiciassem a geração de recursos para dar sustentação material aos novos imigrantes que necessitavam de emprego e moradia, como também de apoio jurídico nas questões legais e de atendimento nos problemas relacionados à saúde.

---

17 Para facilitar a leitura, a grafia original dos documentos foi atualizada.

18 DOSSE, François. *De l' histoire des idées à l' histoire intelectuelle.* Palestra proferida em 16 abr. 2001, na UFPR.

Em que pese a existência de lacunas na documentação, sobretudo no que diz respeito às duas primeiras décadas de funcionamento da SPBPD, é possível perceber que a efetivação dos objetivos do grupo dependia não só da ajuda financeira dos associados, mas sobretudo do apoio e solidariedade de determinados setores da sociedade. Esse reconhecimento, traduzido em apoio e solidariedade, constituía-se em capital simbólico que dava sustentação, legitimidade e prestígio à entidade e aos seus participantes. Esse mecanismo fica bastante evidenciado nas correspondências encaminhadas pelas diversas diretorias da SPBPD, a cada início de gestão.

Na coleção de correspondências enviadas pela Diretoria eleita em 1898, por exemplo, a tônica era a de continuar contando com o apoio não só do governo estadual, a quem rogavam "a valiosíssima proteção ... para eficazmente cumprir os fins para que foi criada esta Sociedade [que é de] auxiliar os portugueses residentes nesse hospitaleiro Estado", mas também de profissionais que pudessem prestar à SPBPD "gratuita e dedicadamente os serviços da nobilíssima profissão que ... tão distintamente exerciam".

Assim, para realizar essas atividades, além dos recursos angariados através da contribuição dos associados ativos, a entidade contava com o apoio dos sócios beneméritos e benfeitores.[19] Desse modo, além das boas relações com o poder público e demais agremiações existentes na cidade, a Diretoria procurava manter um contato estreito com profissionais que através da prática filantrópica prestassem apoio aos associados e demais imigrantes portugueses.

Como anteriormente mencionado, já foi possível identificar que o grupo responsável pela organização da SPBPD pertencia à elite curitibana e detinha fortes vínculos com o setor comercial. Assim, ao lado de prósperos negociantes como era o caso de José Loureiro Fernandes,[20] estavam profissionais

---

19 Além do sócio ativo, o Estatuto da Sociedade previa duas outras categorias de associados, a dos beneméritos e a dos benfeitores. Mais tarde surgiu uma quarta categoria, constituída pelos sócios correspondentes. Os beneméritos eram aqueles que despendiam contribuições significativas para a associação e não precisavam usufruir as benesses conferidas aos demais associados. Já a categoria dos benfeitores era constituída por aqueles que ofereciam seus préstimos à sociedade, contribuindo para minimizar os problemas dos imigrantes, a exemplo dos serviços oferecidos por profissionais ligados à área da saúde, como médicos e farmacêuticos.

20 Conhecido como José Nabo, José Loureiro Fernandes fundou em 1860, na principal rua da cidade, a Quinze de Novembro, uma casa importadora.

reconhecidos como o boticário Francisco Requião e o construtor José Moreira de Freitas.[21]

Interessante notar que, ao longo do período analisado, de um total de 57 associados que declararam a sua profissão no momento da filiação, 34 deles (60%) eram comerciantes. Entre os 40% restantes estavam oito negociantes, quatro operários, três artistas, três industriais, dois professores, dois barbeiros, dois proprietários, um farmacêutico e um pintor. Ou seja, de modo geral, faziam parte do corpo de associados notadamente imigrantes que detinham qualificação profissional, do que se pode supor que já haviam conquistado certa estabilidade econômica.

Cabe ressaltar, no entanto, que esse perfil não condiz com o modelo do português, predominantemente pobre, que imigrou para o Brasil a partir de meados do século 19, quando teve início a imigração de massa, de acordo com as análises de Renato Pinto Venâncio.[22] Segundo esse autor, os imigrantes que chegaram nesse período, ao contrário do perfil encontrado na SPBPD, eram pequenos proprietários rurais pobres, rudes, originários do norte de Portugal, da região do Minho.

Depreende-se, desse modo, que os associados da SPBPD, representavam uma parcela restrita do total de imigrantes portugueses que chegaram ao Paraná no período analisado. Já quando o assunto se refere à procedência dos associados, existe maior aproximação com o padrão referido por Pinto Venâncio. Embora as informações disponíveis sejam igualmente escassas, pois apenas 11% deles fazem referência à naturalidade, a maioria vinha da região Norte de Portugal. Mesmo assim, ao lado de imigrantes vindos de localidades como Viana do Castelo, Braga, Porto e Vila Real, aparecem também aqueles procedentes de outras regiões, a exemplo de Viseu, Santarém, Lisboa e Açores.

Assim o que se verifica é que, de modo geral, o corpo de associados era formado por uma clientela exclusivamente masculina, constituída por imigrantes que tinham entre 15 e 40 anos, com predominância na faixa entre 30 e 35 anos. Vieram em busca de oportunidades de trabalho numa capital que, embora acanhada, se oferecia como um pólo de atração promissor para diferentes grupos de imigrantes.

---

21 Este último teve seu nome ligado às obras de construção da Igreja Catedral, em Curitiba.

22 VENÂNCIO, Renato. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Brasil*: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 61-77.

O desejo de reivindicar um espaço próprio, configurado pela constituição de uma comunidade restrita, voltada apenas aos que comungavam a mesma origem, transparece nas exigências impostas pelo Estatuto da SPBPD, aprovado pelo governo da Província em janeiro de 1879. Redigido pelos membros da primeira diretoria, o documento definia que para ser aceito como sócio ativo o candidato deveria atender a dois requisitos básicos: além de ser português, necessitava ter a indicação de um ou mais sócios. Uma vez aceito pela diretoria o novo associado se comprometia a pagar, no ato de receber o título, a jóia de 20$000, e a mensalidade de 1$000.

Seguindo o modelo adotado pelas entidades de beneficência portuguesa existentes nas demais cidades brasileiras, a SPBPD tinha como objetivo apoiar e proteger seus compatriotas. De acordo com o Art. 2º do Estatuto, redigido de forma clara e precisa, os imigrantes poderiam contar com os préstimos da entidade em duas situações em especial: na enfermidade e na prisão.

No primeiro caso, a preocupação dos imigrantes pode ser associada aos problemas de saúde que afetavam a população brasileira, bem como às políticas higienistas próprias dessa época. No final do século 19 e início do 20, além das epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica havia o fantasma da tuberculose. Como se sabe, com a nova organização social e econômica, resultante do processo de crescimento urbano, criou-se um ambiente favorável à transmissão da doença entre as camadas menos favorecidas. Em decorrência das precárias condições de vida impostas a esse segmento da população, a tuberculose assumiu definitivamente o papel de patologia transmissível e de caráter social. Entretanto, o Estado não estava aparelhado para dar conta do número crescente de pessoas vitimadas por essa e outras doenças. Em Curitiba a situação era extremamente precária, pois a população era atendida por uma única instituição hospitalar, a Santa Casa de Misericórdia, instalada provisoriamente à rua Treze de Maio.[23]

---

23 Embora tenha sua origem em 1843, graças à iniciativa de um grupo de idealistas, sob a denominação de Fraternidade Curitibana, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi definitivamente instituída em 9 de junho de 1852. Iniciou suas primeiras atividades em sede provisória, situada na atual rua Treze de Maio com o objetivo de prestar apoio à Santa Casa de Paranaguá, na época lotada de doentes afetados pela epidemia de cólera-morbo. Somente a partir de 1880 a instituição passou a contar com uma sede própria, cuja construção havia sido iniciada em 1868.

Nesse contexto, diante da ausência de um hospital adequado para atender a população, a SPBPD se propunha a "promover a cura [dos imigrantes necessitados] em enfermarias da sociedade ou em casas particulares, com assistência de médico e fornecimento de medicamentos". Seguindo o modelo adotado com sucesso por outras associações portuguesas, o Estatuto previa a "construção de um hospital, que inaugurado, dispensaria ... a despesa com manutenção de enfermarias particulares ou da sociedade" (Estatuto, Art. 17).

O projeto de construção do hospital contou com o empenho efetivo não só dos membros da entidade mas também de outros representantes da elite paranaense, como foi o caso da baronesa do Cerro Azul, que, no início do século 20, fez à SPBPD a doação de um terreno para a construção do referido hospital. Apesar dos esforços, no entanto, o projeto não foi plenamente concretizado. O terreno doado para a sua construção chegou a abrigar algumas construções de madeira, que serviram como enfermaria, mas acabou sendo vendido a fim de possibilitar a aquisição do terreno para a construção de uma sede própria.

Em face da ausência de um espaço próprio para acomodar os doentes, cabia ao administrador da beneficência a tarefa de "visitar os enfermos, quer nas enfermarias da sociedade, quer nas particulares, cujos doentes receberam socorros da sociedade, para conhecer das necessidades mediatas ou imediatas e informar à Diretoria ou Presidente" (Estatuto, Art. 25).

Nesse momento, a colaboração de médicos e farmacêuticos, que prestavam atendimento gratuito aos enfermos, era fundamental para a efetivação dos propósitos da entidade. Além da colaboração desses conceituados profissionais, a SPBPD contava também com o auxílio de imigrantes do povo que acolhiam seus compatriotas. Aliás, esse é um dos raros momentos em que as mulheres comuns ganham visibilidade na documentação produzida pelo grupo. Nesse sentido, merece destaque a correspondência encaminhada, no dia 2 de agosto de 1899, à sra. Balbina de Almeida, "comunicando o voto de louvor registrado em ata e os agradecimentos pelo tratamento gratuito e generoso que fizeste quando enfermo o nosso consócio José Nunes de Sá Costa, falecido em vossa respeitosa casa".

A preocupação da SPBPD com as instituições de saúde e com a condição dos doentes e crianças desamparadas pode ser evidenciada até mesmo na definição sobre a destinação dos recursos em caso de dissolução da entidade.

Nesse caso, de acordo com o Art. 36, o fundo da sociedade seria dividido em três partes iguais, entregues para a Santa Casa de Misericórdia e para as casas de asilo da infância de Lisboa e do Porto.

Outro objetivo da SPBPD era prestar assistência ao imigrante em caso de prisão, oferecendo a ele "os meios de defesa, quando esta não ofende[sse] ao país". Como se sabe, essa situação era mais recorrente entre os portugueses que viviam em cidades mais populosas, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde a possibilidade de envolvimento em conflitos por conta dos movimentos sociais e políticos tornava-se mais efetiva.

Todavia, em que pese a participação pouco representativa dos portugueses na população curitibana, muitos dos jovens imigrantes recém-chegados atuavam em setores de trabalho que estavam mais sujeitos às tensões sociais. Como ferroviários, carroceiros, padeiros ou operários, os portugueses, juntamente com outros imigrantes, não raro ganhavam visibilidade na imprensa curitibana, graças ao envolvimento em movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho.

Porém, em função da baixa qualificação, muitas vezes esses imigrantes, por não encontrarem espaço no mercado de trabalho, acabavam se envolvendo em conflitos que resultavam em prisão ou processos criminais. Nessa situação, a ajuda da Sociedade tornava-se essencial para a defesa do acusado. Nessa mesma direção, a preocupação da entidade com as condições materiais dos imigrantes também era evidenciada no Estatuto ao externar a necessidade de conceder os "meios necessários ao que, por infelicidade se veja obrigado a pedir, e peça socorros à sociedade, a qual empregará esforços para fazer mudar suas circunstâncias, mesmo facilitando-lhe o transporte para outra província" (Art. 2º, §4º).

O teor da carta encaminhada à Diretoria da Sociedade Portuguesa de Santos, em 1º de agosto de 1899, exemplifica a atuação da entidade nesse sentido:

> É portador do presente nosso compatriota sr. Francisco Fernandes, que devido a um acidente que lhe houve em trabalhos da Estrada de Ferro, vê-se impossibilitado de angariar meios de subsistência devido o seu precário estado de saúde, e como deseja regressar à Pátria e a nossa Sociedade está parca em recursos só nos permitindo pagar a passagem até essa: contamos que essa insígnia sociedade lhe

> proporcione os recursos de que é merecedor, pelo que de ante mão esta diretoria vos agradece...

De igual maneira, vários documentos expressam não só o interesse da SPBPD em disponibilizar recursos aos imigrantes que desejavam retornar, mas também o relacionamento mantido com outras associações similares. Na ata de 30 de julho de 1899 havia sido aprovada a resolução do pagamento a Francisco Fernandes, português, da quantia de 300 mil réis para retirar-se para Portugal, encomendando-se oficialmente à Sociedade Portuguesa Beneficente de Santos e ao Presidente da Caixa de Esmolas a portugueses pobres, sr. Eugênio da Silveira, do Rio de Janeiro. Também era papel da SPBPD "alimentar e vestir, quando habilitada, os indigentes, que por aleijados ou enfermos não possam trabalhar, e precisem por isso da caridade pública" (Art. 2º, §7º).

Embora a redação do texto seja vaga, sugerindo que o apoio aos pobres não era restrito apenas aos imigrantes portugueses, na seqüência o documento chama atenção para a condição preferencial dos associados, ao alertar que: "Todos os sócios e as suas famílias têm direito à beneficência da sociedade de preferência a qualquer estranho, desde que caiam na pobreza e não possam trabalhar, para se manterem honestamente, se não tiverem faltado às obrigações impostas pelos estatutos e regulamentos (Art. 11).

Cabe ressaltar o fato de que a SPBPD não atendia apenas aos imigrantes necessitados residentes na capital, mas a todos aqueles que recorriam ao seu auxílio. Em ata de 8 de dezembro de 1898, o Administrador da Beneficência fez ver à Diretoria "o estado precário em que se acha o nosso compatriota Antonio José de Sampaio Souza, morador em Campo Largo, pedindo para lhe ser dada mensalmente uma mesada, visto que se acha cego, sem recurso algum para sua subsistência". A proposta foi aprovada, sendo-lhe concedida uma pensão mensal de 30 mil réis.

Na reunião seguinte, realizada em 5 de março de 1899, o Administrador de Beneficência, Manoel Cunha, ao abrir a sessão, declarou que tendo-se a ele apresentado alguns portugueses que se achavam em precárias condições resolveu socorrê-los pecuniariamente,

> sendo um o sr. Manoel José do Valle, residente em Rio Negro neste Estado, a quem deu cem mil réis de uma só vez, fez ver mais o estado de pobreza em que se acha o nosso compatriota Eduardo Correia Paulino, residente nesta capital, que achando-

se gravemente enfermo, bem como sua mulher e filha e sem recurso de espécie alguma, pedia que lhe fosse abonada uma mesada para lhe ser paga mensalmente.

Em seguida, o sr. Presidente consultou a Diretoria e esta foi de acordo em aprovar "a dádiva ao nosso compatriota Manoel José do Valle e dar-se uma mensalidade de 120 mil réis a contar de 15 de novembro de 1898 ao nosso compatriota Eduardo Correia Paulino" (Ata, 5.03.1899).

Na reunião de setembro foi autorizado o pagamento de 30 mil réis à sra. Clementina Vasconcellos, "casada, portuguesa, visto seu marido, também português, achar-se enfermo e sem recursos" (Ata 12.09.1899).

Cabe destacar que, além das atribuições ligadas à saúde e à proteção jurídica, a SPBPD também assumia para si a tarefa de atender os associados e demais conterrâneos carentes no momento da morte. Nesse caso, caberia à entidade não só "mandar fazer o funeral dos que falecessem em estado de miséria ou pobreza" (Art. 2º, §2º), mas também "socorrer as famílias pobres e honestas dos que tiverem falecido" (Art. 2º, §5º).

No que se refere a esse item, são numerosos os registros atestando a aprovação de despesas relativas a funerais. Ao lado dos registros de falecimento dos associados e das respectivas despesas, também aparecem correspondências enviadas aos párocos "agradecendo a missa pela alma de um sócio, sem retribuição alguma".

Por último, mas não menos importante, outro aspecto que chama atenção no conteúdo do Estatuto era o cuidado com a conduta moral das pessoas que eram aceitas na SPBPD. O desejo do grupo de adequar-se ao modelo da sociedade disciplinar, cujo projeto, marcado pela normatização e pelo controle, vinha sendo construído no contexto do final do século 19, estava expresso no documento ao prever que cabia à Diretoria "admoestar ao sócio, chefe de família, quando não cure regularmente da educação dos filhos, ou quando ele mesmo se afastar do caminho do justo e do honesto" (Art.2º, §8º). Ou seja, no jogo das relações de poder, a SPBPD impunha um modelo de conduta, cuja condição para continuar pertencendo àquela comunidade de inscrição era adequar-se ao modelo de homem íntegro, cidadão honesto e bem-sucedido.

Assim, o que se percebe é que, muito embora as ações da SPBPD aparentemente se limitassem ao atendimento de demandas pragmáticas, eram reveladoras de uma identidade em construção. A despeito das diferenças sociais,

econômicas e políticas existentes entre os imigrantes, o grupo precisava preservar a coesão, a partir da obtenção de um sistema único de percepção. E esse processo só poderia concretizar-se através da imposição de princípios de visão e de divisão comuns, que dessem à comunidade "uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade", como afirma Bourdieu.[24]

Dentro dessa perspectiva, o estabelecimento de uma rede verticalizada de solidariedade, visando dar apoio aos imigrantes necessitados, permitia a construção de um quadro de referências simbólicas que, se por um lado socorria os desvalidos, por outro contribuía para o fortalecimento do prestígio social daqueles que podiam praticar a filantropia. Essa relação de interdependência, além de produzir sentidos, favorecia a regulação de comportamentos, a distribuição de papéis sociais e a realimentação das redes de poder.

Ao fim e ao cabo, muito em função desse jogo de relações de poder, de caráter beneficente e portanto hierárquico, os imigrantes portugueses acabaram produzindo para si um espaço exclusivo, o qual por sua vez concorreu fortemente para a criação de um campo de identificações especificamente portuguesas. É possível supor, assim, que aqueles imigrantes encontraram na SPBPD um território que os tornou efetivamente imigrantes, em um contexto político-social que desde as primeiras décadas do século buscava negar sua integração a Portugal.

---

24 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996. p. 111.